

ALMIRANTE CUNHA MOREIRA – VISCONDE DE CABO FRIO: Formação da Armada Imperial e a Independência – Parte I

CLAUDIO DA COSTA BRAGA*
Capitão de Mar e Guerra (Ref^{ts})

SUMÁRIO

Introdução
Capacitação de Cunha Moreira para conduzir a
Marinha Imperial em momento crítico
A relevância da Força Naval no processo de
Independência do Brasil

INTRODUÇÃO

No caminho para a Independência do Brasil de Portugal muitas pessoas se destacaram e são sempre lembradas. Outras, no entanto, não são tão lembradas, mas tiveram, também, papel de destaque e realce na participação de nossa data mais importante, a Independência do Brasil do

Reino de Portugal, e, a seguir, no processo de organização das instituições de governo do novo Império.

Este trabalho será dedicado ao primeiro brasileiro nato nomeado ministro secretário de Estado dos Negócios da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra (CMG) Luiz¹ da Cunha Moreira, depois Almirante e Primeiro Visconde de

* Superintendente do Sistema de Comunicações da Marinha na Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha. Autor de vários livros, com destaque para: *A Guerra da Lagosta, O Último Baile do Império, 1910 – O fim da Chibata – Vítimas ou algozes?* e *Tamandaré nas Guerras da Independência e Cisplatina*. Titular da Cadeira 76 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

1 Existem grafias do nome como Luís e Luiz. Não foi possível encontrar sua certidão de nascimento ou casamento. Usaremos a grafia Luiz.

Cabo Frio. Logo após a Proclamação da Independência, assumiu a pasta, em 28 de outubro de 1822, Luiz da Cunha Moreira, nela permanecendo até 13 de novembro de 1823, em um dos períodos mais importantes e críticos na formação da Armada Nacional e Imperial do recém-proclamado Império do Brasil. Com isso, iremos resgatar e reconhecer o trabalho de tão valoroso oficial.

Para tanto, é importante que conheçamos a sua vida e a carreira naval, que lhe daria a capacitação e o reconhecimento necessários para que tivesse sido o escolhido, dentre outros mais graduados, para o desempenho de tão honroso cargo.

Outros aspectos que abordarei se referem à relevância de uma Força Naval adequada, capaz de enfrentar as forças navais que se opunham à Independência do Brasil e que fossem bem-sucedidas em seu emprego.

Por fim, tentarei correlacionar as lições aprendidas na época, plausíveis de aplicação na Marinha do Brasil, das quais necessitamos para este século XXI, fazendo considerações geopolíticas do momento.

Apesar da importância que Luiz da Cunha Moreira teve na formação da Armada Nacional e Imperial do Brasil independente, existe muito pouca documentação a seu respeito. Sua imagem conhecida é praticamente uma só. A documentação primária é quase nenhuma e sempre repetitiva, sendo isso até fácil de se compreender, pois ele só passaria a ter destaque significativo após assumir a condução da pasta da Marinha, em 28 de outubro de 1822, apesar de carreira de destaque na Marinha Real de Portugal, com participação significativa no combate aos corsários que tanto prejuízos impuseram ao comércio marítimo de Portugal com suas colônias; no traslado da Família Real para o Brasil; na tomada da cidade de

Caiena, na Guiana Francesa; na repressão à Revolução Pernambucana, republicana, em 1817, e na Cisplatina e na Bahia; e, em especial, como primeiro brasileiro a comandar a Marinha Imperial.

Escrever sobre Cunha Moreira foi um grande desafio, o que valorizaria ainda mais o trabalho. Fui atrás de fontes primárias em diversas instituições, que muito ajudaram na elaboração deste trabalho.

Gosto de descrever os fatos cronologicamente, pois penso que isso facilita o entendimento do assunto, além de proporcionar a correlação com outros fatos de nossa história. Espero que se torne uma leitura prazerosa e que contribua para tomarmos conhecimento de fatos pouco conhecidos de especial marinheiro da história naval e do Brasil.

Destaco que alguns historiadores, de forma “provocadora”, o definem como “português nascido no Brasil”. Essas considerações são decorrentes de que, na data do seu nascimento, o Brasil era colônia de Portugal e, assim, não havia o conceito de “ser brasileiro”, que julgam existir somente após a Proclamação da Independência e com as guerras pela Independência.

Os historiadores possuem o “livre arbítrio” e a “licença poética” para fazerem a interpretação que desejarem, mas nunca esquecendo que devem se fixar nos fatos. A verdade é que nasceu na Bahia, em terras brasileiras, filho de pai português e mãe baiana, avôs portugueses e avôs baiana e espanhola. Cunha Moreira era baiano e brasileiro nato.

Podemos destacar, também, que foi um dos poucos brasileiros que pertencera à Marinha Real portuguesa e que, como oficial, passou os primeiros anos de sua vida marinheira em Terras Brasilis, em especial no norte do país, em Belém e no Maranhão.

Foi um dos primeiros oficiais da Armada nascido no Brasil a ser enobrecido

pelo Império, tendo-lhe sido outorgado o título nobiliárquico de Visconde de Cabo Frio, com grandeza.

Interessante destacar que a cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, a qual lhe dá o nome do título, não lhe presta nenhuma homenagem nas comemorações históricas municipais, sendo até esquecido ou desconhecido².

CAPACITAÇÃO DE CUNHA MOREIRA PARA CONDUZIR A MARINHA IMPERIAL EM MOMENTO CRÍTICO

Quão difícil deve ter sido para Cunha Moreira conduzir a formação da Armada Nacional e Imperial naquele momento crítico. Teria ele a capacitação necessária para tão grande desafio?

O Homem e o Marinheiro

Nascido em Salvador, capitania da Bahia, em 1º de outubro de 1777, foi batizado em 10 de outubro, na Igreja de Santo Antônio d’Além do Carmo.

Seus pais, o Capitão de Fragata da Armada Real Luiz da Cunha Moreira³ e D. Joaquina Maria de Santana⁴, nascida na Bahia, jovem filha do tenente-coronel português Manoel Germano da Mota, nascido em Lisboa, e de D. Joaquina Maria do Rosário, natural da Bahia. Antes de ascender a capitão de fragata, seu pai fora piloto e comandante de navios mercantes que faziam a derrota entre as Índias e o Brasil. Em 1784, quando tinha sete anos, seus pais se transferiram para Lisboa, a fim de proporcionar a sua

formação escolar, iniciada com aulas de Gramática Latina, Filosofia e Retórica, sendo-lhe abertas as portas para a entrada no Colégio dos Nobres.

Em 5 de outubro de 1795, com apenas 18 anos, ingressou na Academia Real de Guardas-Marinha, formando-se três anos mais tarde, em 1798.

Uma verdadeira vocação paterna, como define o filósofo: “O homem que adota a profissão paterna experimenta como que a sensação de ter casado com a sua família. A vocação por hábito é o casamento de amor e amizade, como quem esposa uma prima ou uma amiguinha de infância”.

Dedicou-se com afinco aos estudos acadêmicos, destacando-se na aprovação passada pelo rigoroso professor Manoel do Espírito Santo Limpo, nas matérias de Astronomia e Matemática.

Em 2 de julho de 1798 é declarado guarda-marinha.

Em 11 de julho de 1798, por portaria do Conselho do Almirantado, embarca no Brigue de Guerra *Gavião*, como voluntário. Em decorrência do desarmamento do navio em 11 de janeiro de 1799, embarca na Fragata *Vênus* no dia 16 do mesmo mês, ainda como voluntário. Naquele navio, por Decreto de 20 de abril e Carta Patente de 18 de maio, é nomeado segundo-tenente, partindo em viagem para o norte do Brasil. Nesse período, navegaria em águas do Atlântico Sul, operando entre Portugal, suas possessões na África e as capitânicas do Maranhão e Grão-Pará, no Brasil.

Em agosto daquele ano, estando em Belém do Pará, assume o comando da

2 Nota do autor.

3 Repetiu no filho o seu nome. Devemos destacar que seu pai fora elevado a capitão de fragata em 5 de novembro de 1800, pelo heroísmo demonstrado em combate com fragata francesa muito mais poderosa. Seria elevado a chefe de Divisão, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1813.

4 Também é encontrado com a grafia “Santa Anna”.

Charrua *São João Magnânimo*, com 26 peças de artilharia, em final de construção em estaleiro da cidade. Após sua prontificação, o navio demanda Lisboa, Portugal, lá chegando em 15 de fevereiro de 1800.

Em 12 de março do mesmo ano, passou a servir a bordo da Nau *Medusa* sob o comando do chefe de Divisão Joaquim José Monteiro Torres.

Logo suspenderam com destino ao Brasil, aportando em Cabo Verde, Benguela e Angola e, finalmente, no Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1802.

Nos primeiros anos, embarcado, participaria de diversas operações navais no combate aos corsários estrangeiros, que muitos prejuízos estavam dando às rotas comerciais portuguesas, em terras do Brasil e colônias na África.

Chegando ao Rio de Janeiro, foi designado, pelo comandante das Forças Navais, o chefe de Divisão Donald Campbell, a embarcar no Cúter *D. Rodrigo de Souza*, a fim de capturar uma escuna norte-americana que realizava contrabando no litoral da capitania de São Paulo, nas proximidades da Ilha de São Sebastião.

Em 29 de janeiro, o navio contrabandista norte-americano é apresado, e Cunha Moreira assume o seu comando, demandando o Rio de Janeiro.

Em 9 de abril de 1802, embarca na Nau *Medusa* com destino à Corte, em Lisboa, dela desembarcando, por desarmamento, em 4 de agosto de 1802.

Em 12 de março de 1803, embarca na Nau *Vasco da Gama*, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra James Scharneck.

Em 15 de março de 1803, foi promovido a primeiro-tenente. Nesse dia é designado a embarcar na Fragata *São João Príncipe*, em comissão para Belém do Pará, a fim de acompanhar a situação política na Guiana Francesa, em plena

guerra napoleônica, devendo manter a Corte em Lisboa informada.

Lá estando, em 1º de outubro, desembarca para servir como ajudante de ordens do capitão-general da capitania do Grão-Pará, Marcos de Noronha e Brito (1771-1828), o Conde dos Arcos (governou de 27 março de 1803 até 11 de abril de 1806).

Em 29 de dezembro de 1803, passa a função de ajudante de ordens e assume o comando do Brigue *São José Espadarte*, devendo demandar a metrópole Lisboa, levando informações obtidas sobre a Guiana Francesa.

Em 28 de março de 1804, ao chegar em Lisboa, desembarca do navio, que entra em mostra de desarmamento.

Em 17 de abril, por determinação do ministro da Marinha, Visconde de Anadia, embarca na Charrua *Princesa da Beira*, que suspende demandando a cidade de Belém, no Pará. O navio atraca no Maranhão e ali permanece até 19 de junho. Nessa data, o jovem Primeiro-Tenente Cunha Moreira embarca no late *Livramento* e segue para Belém. Lá chegando, em 27 de junho de 1804, reassume a função de ajudante de ordens de D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, governador e capitão-general das Armas da capitania do Grão-Pará.

Em 15 de agosto de 1805, D. Marcos de Noronha e Brito é nomeado vice-rei do Brasil, iniciando-se a transferência para o Rio de Janeiro, sede do Vice-Reinado, e convidando o jovem Tenente Luiz da Cunha Moreira a acompanhá-lo.

Em 4 de março de 1806, chega a Belém, vinda do Rio de Janeiro, a Fragata *Carlota*, trazendo o novo governador da capitania do Grão-Pará, o Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, que era o comandante das Armas no Rio de Janeiro e que assume a capitania em 10 de março.

Em 8 de março de 1806, o Conde dos Arcos embarca na Fragata *Carlota* e, a 7

de abril, suspende com destino ao Rio de Janeiro, a fim de assumir o Vice-Reinado.

Do Rio de Janeiro, o navio demanda Lisboa, lá chegando em 7 de julho de 1806.

Em 5 de setembro, o Conselho do Almirantado designou Cunha Moreira para servir na Nau *Príncipe Real* e, em 13 de outubro, aquele assume a função de 2º ajudante do major-general da Esquadra, o Chefe de Divisão Joaquim José Monteiro Torres, seu antigo comandante na Nau *Medusa*.

Em 29 de novembro de 1807, regressa para o Brasil, fazendo parte da tripulação da Nau *Príncipe Real*, como ajudante do Major-General da Esquadra Joaquim José Monteiro Torres, Esquadra essa comandada pelo Vice-Almirante Manoel da Cunha Soutomaior, cujos navios transportaram para o Brasil a Rainha D. Maria I, o Príncipe Regente D. João, os demais membros da Família Real, grande parte da Corte e pessoas proeminentes no Reino.

Devemos fazer um parêntese e mencionar que seu pai, capitão de fragata, fazia parte dessa Força Naval no comando da Fragata *Golfinho*⁵.

D. João, príncipe regente, aqui chegando em 7 de março de 1808, promoveu Cunha Moreira a capitão-tenente, galardoando com um posto acima todos os oficiais que fizeram parte das tripulações dos navios que participaram do traslado da Família Real e da Corte para o Brasil, pelo sucesso da viagem. Henrique Boiteux, em seu livro *Nossos Almirantes*, destaca os méritos que o jovem oficial já adquirira em tão curta carreira e que essa promoção “foi mais pelos seus méritos do que pela magnificência real”.

Chegando ao Rio de Janeiro, em 13 de março desembarca da Nau *Príncipe Real* e, em 25 de junho, é nomeado comandante do Brigue *Infante Dom Pedro*, que faria parte, em 1809, da força naval que tomaria a cidade de Caiena, na Guiana Francesa, em represália à invasão de Portugal, em 1807, por tropas francesas sob o comando do General *Jean Andoche Junot*.

Em 21 de dezembro de 1808, foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem da Torre e da Espada.

A Conquista de Caiena – Guiana Francesa e a participação heroica de Cunha Moreira

As ações para a conquista da cidade de Caiena e de parte dos domínios do Império de Napoleão Bonaparte na América do Sul foram complexas e envolveram vários personagens. Aqui descreveremos apenas a participação do nosso biografado e o que a ele estiver correlacionado.

Pela agressão francesa ao território do Reino na Península Ibérica, mesmo antes de sua partida, D. João determinara ao governador da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, em 7 de outubro de 1807, que colocasse a capitania em situação de defesa.

Em 27 de abril de 1808, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por Aviso Real, determinou ao governador que tomasse posse e estabelecesse um destacamento na margem direita do Rio Oiapoque e realizasse a reintegração dos justos limites da capitania com os domínios franceses na região, considerando o Tratado de Utrecht⁶, de 11 de abril de 1713. O governador só receberia esse Aviso em 22 de julho de 1808.

5 Em 1791, essa fragata trouxera a famigerada Alçada, para julgar os inconfidentes mineiros. Em seu retorno a Lisboa, levava presos alguns dos conjurados.

6 Tal limite ia até o Rio Oiapoque.

Desde a invasão dos franceses ao Reino, em Portugal, o comércio do Pará com a metrópole paralisara. A alfândega, substancial provedora de recursos à capitania, praticamente deixara de arrecadar impostos nas importações e exportações e, por conseguinte, de contribuir com os cofres públicos. O governo central, no Rio de Janeiro, por outro lado, também não estava em condições financeiras para ajudar⁷. O governador teve que valer-se dos recursos que o momento lhe permitia: “cofres de mão-morta, defuntos e ausentes”⁸, do contrato das cartas de jogar, da extinta Companhia Geral do Comércio e de outros depósitos. Abriu uma subscrição pública anual, contribuindo com um terço do seu próprio salário. Em 4 de setembro de 1808, o governador encaminha ofício ao ministro do Reino, D. Fernando José de Portugal, relatando a situação financeira precária em que se encontrava a sua capitania e as dificuldades que possuía para empreender a ordem que recebera:

Vejo nesta providência, ainda como duvidosa a falta, que se poderia encontrar nas rendas reais da Capitania, para qualquer despesa extraordinária; e por isso vejo – também, que se não tem formado uma justa ideia de sua pobreza, e poucos fundos, até mesmo para suprir as suas mais ordinárias aplicações, distribuídas pelos diferentes ramos de um corpo, cujo vulto excede incomparavelmente toda a massa dos seus recursos... Este é o seu estado natural, e primitivo. Mas não é este o estado de angústia, e abatimento, a que ela se acha reduzida desde outubro do ano passado, que aqui

entrarão os últimos navios vindos de Lisboa: desde esta época parou o Comércio, pararão os direitos de entrada na Alfândega e toda a saída dos gêneros de embarque, por consequência a melhor parte ou mais ou menos, o fundo ativo e disponível, para tantos artigos de despesa que compreende a vasta, e atual constituição deste Governo⁹.

Em 27 de outubro de 1808, suspendeu de Belém a Primeira Expedição, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel¹⁰ Marques D’Elvas Portugal, com a missão de ocupar a margem direita do Rio Oiapoque. Na Vila de Chaves, Ilha de Marajó, a expedição recebeu reforço de 65 praças do Segundo Regimento de Linha. Nesta Primeira Expedição ainda não havia tropas enviadas pelo governo no Rio de Janeiro. Era composta de: duas companhias de granadeiros do 1º e 3º Regimento de Linha; meia companhia de caçadores de cada um desses regimentos; 65 voluntários da Vila de Chaves, oficiais e inferiores correspondentes; e uma companhia de artilharia com três peças de seis pés e um obus de seis polegadas, totalizando 410 combatentes, além de um cirurgião e um capelão, o Padre Boaventura Lopes. Para transporte e proteção no desembarque dessa expedição, foi montada uma pequena esquadrilha, composta pela Escuna *General Magalhães*, pelos cúteres *Vingança* e *Leão* e por três canhoneiras, nºs 1, 2 e 3.

Comandava a esquadrilha o Segundo-Tenente de Artilharia Manuel Luiz de Melo, comandante da escuna. Ela partira com instruções gerais, dadas pelo governador do Pará, José Narciso, datadas de 1º

7 Consta que, na vinda da Família Real para o Brasil, membros da Corte e demais autoridades trouxeram quatro vezes mais dinheiro do que o levado em 1821.

8 O autor encontrou estes termos em sua pesquisa, mas não conseguiu encontrar suas definições.

9 Documento original com a assinatura autografada encontra-se no Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro.

10 Existem documentos com grafia de Manoel e Manuel.

de outubro de 1808, acompanhadas de um “Manifesto” que deveria ser entregue ao primeiro funcionário do governo da colônia francesa. Nas instruções gerais, dizia:

Não dá ordem, nem indicações de que se faça hostilidades no território francês, exceto se houver, por parte dos franceses, o mais pequeno movimento ou ameaça hostil, caso em que se lhes deve cair em cima. Não deve se omitir ao mesmo tempo um ato de hostilidade... diminuindo os recursos e decepar as forças ao inimigo por meio da indústria e de chicana.

As instruções estavam claras: ocorrendo hostilidades, disseminar notícia de que todo e qualquer escravo estaria livre caso não lutasse contra os portugueses, afiançando-lhes, em nome do Príncipe Regente, a liberdade de viverem com outros povos e até de poderem regressar à África, ou a qualquer outro lugar em que desejassem viver como homens livres, com o transporte pago pelos portugueses. Todas as promessas eram afiançadas pelo Príncipe Regente D. João. Seria para os franceses de Caiena um golpe decisivo arrebatar-lhes a escravatura.

Na Corte, já havia sido iniciada a criação de uma Divisão Naval, composta dos navios: Brigue *Voador* – sob o comando do Capitão de Fragata João Antônio Salgado; Brigue *Infante D. Pedro* (antigo *Real João*) – comando de Luiz da Cunha Moreira; e corveta inglesa *Confiance* – comandada pelo Capitão de Mar e Guerra James Lucas

Yeo¹¹, que auxiliariam as expedições montadas pelo governador do Pará. O *Confiance* foi o primeiro navio a chegar em Belém, no mesmo dia da partida da Primeira Expedição, em 27 de outubro. Com o navio, também chegaram vários documentos. Na ordem datada de 1º de maio de 1808¹², era explicada a declaração de estarem nulos todos os tratados assinados com a França, do Diretório e do Consulado sob a liderança de Napoleão Bonaparte. Outro decreto, de 10 de junho, “declarava guerra ao Imperador dos franceses e a seus vassallos (...)”. Ao mesmo tempo, determinava que a operação deveria ser ostensivamente ofensiva de ataque e conquista de Caiena. A *Infante D. Pedro*, sob o comando de Cunha Moreira, chegaria a Belém dois dias a mais, em 29 de outubro, tendo parado na Bahia e no Maranhão. Em decorrência, José Narciso começa a preparar uma Segunda Expedição, com novas ordens recebidas da Corte, no Rio de Janeiro.

Em 4 de novembro, envia uma carta ao comandante da Primeira Expedição, Tenente-Coronel Manoel Marques, com as seguintes orientações e determinações:

Eu suponho que esta ainda o encontre, antes da sua saída dessa Vila (Chaves) ao seu destino e é nesta confiança que vou, e mesmo julgo necessário, dizer-lhe que não obstante as últimas ordens que ontem recebi, pelas quais o Príncipe Regente Nosso Senhor me manda solenemente declarar guerra ao Imperador dos Franceses, e seus vassallos, pelo Decreto, cujo exemplar

11 Sobrinho do almirante inglês Sidney Smith.

12 1º de maio de 1808 – Manifesto ou exposição justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França. Três pontos fundamentais neste documento: a afirmação da neutralidade portuguesa, em todo o período em tela; a fidelidade inalterável à aliança com a Inglaterra; e os benefícios da aliança com a Inglaterra. O documento anunciava o rompimento de toda a comunicação com a França, autorizando os súditos portugueses a fazerem guerra por terra e mar aos vassallos do Imperador dos franceses, e declarava nulos e de nenhum efeito todos os tratados impostos por Napoleão a Portugal.

aqui vai incluso, e que eu por cópia do Bando, que hoje aqui fiz publicar, igualmente mando fazer público nessa Vila e em todas as outras partes aonde deve chegar o seu conhecimento; isto, contudo, não deve alterar a disposição daquelas com que Vmce. (Vosmecê) por mim vai munido, até o ponto de chegar ao Oiapoque, formar ali o seu estabelecimento, e investir-se da posse da maneira assinalada nas mesmas ordens ao 3º dia depois da sua chegada; porém, logo imediatamente a esta, deve fazer passar o meu Manifesto particular ao Governador e habitantes da Guiana Francesa e, depois disso, fica por esta autorizado para fazer sobre eles todas as hostilidades que lhe sejam possível, e lhe convenham; sendo a primeira a da Proclamação dos Escravos, afiançando-lhe a liberdade na forma que lhe vai insinuando nas minhas instruções gerais; esta é a maior e a mais importante hostilidade que lhe podemos fazer e, para esse fim, se não deve perder os momentos, ou quaisquer meios que se oferecerão e o facilitem.

Na mesma carta, acrescenta José Narciso:

Os dois Bergantins (Brigues) e a Fragata inglesa sairão daqui nas próximas águas da Lua Nova, a estabelecer-se entre o Cabo do Norte e o de Caciporé, ali entreendo com esse Posto uma sucinta comunicação, esperarão as disposições que devem preceder-se e, ao mesmo tempo, o protegerem no caso de qualquer inopinado acontecimento: Eu por eles lhe faço passar o último Plano do meu projeto, consertando em todos os pontos que me pode propor a prudente conjectura, ou a possibilidade do seu sucesso.

No seu Plano de Ataque sobre a Guiana Francesa, a que se refere José Narciso na carta supramencionada e datada no Pará, em 15 de novembro, diz ele a Manoel Marques:

O Ilustre Comandante da referida Fragata, o Capitão de Mar e Guerra Yeo, logo à sua chegada teve a bondade de me comunicar a sua comissão e a franqueza de me instruir sobre alguns dos seus projetos a respeito de Caiena, para onde era o seu destino, oferecendo-se-me ao mesmo tempo para tudo quanto fosse conveniente ao serviço do Príncipe Regente de Portugal, entrar no imediato concurso de todos os meus movimentos e disposições hostis contra aqueles vizinhos e perigosos inimigos. Como se achavam em perfeita conformidade as nossas ideias, e no mesmo tom de energia os nossos sentimentos, facilmente nós ajustamos e conviemos em que ele tomaria o comando de todas as Forças Navais que atualmente se acham às minhas ordens nesta Capitania, comando que até lhe pertence pelo direito da sua maior Patente. Agora, nas próximas águas da Lua Nova, vão a sair deste porto a Fragata de S.M.B. (Sua Majestade Britânica) e os dois Brigues da Armada Real Portuguesa, as acompanham duas ligeiras embarcações nossas de transporte, tudo debaixo das ordens do dito Capitão Yeo, Comandante da Fragata, levando aqueles e estas, a seu bordo, um segundo destacamento das tropas de linha desta capital em número de 346 homens, comandados pelo Sargento-Mor¹³ Manoel José Xavier Palmeirim, do 3º Regimento dito de Extremoz.

13 Posto do atual Major.

Essa Segunda Expedição partiu do Pará no dia 21 de novembro de 1808.

A operação para a conquista de Caiena toma vulto com a Segunda Expedição e com a chegada dos navios do Rio de Janeiro, sob o comando do CMG Yeo, da Real Marinha britânica.

Em 9 de dezembro, as tropas portuguesas tomam posse solene do território desde o Oiapoque até o Rio Araguari, içando a bandeira real portuguesa, com três salvas de infantaria e uma de artilharia, nas proximidades da fortaleza francesa de São Luiz, já ocupada e feita de base para os portugueses.

Em 14 de dezembro, Luiz da Cunha Moreira chega com seu Brigue *Infante D. Pedro*, dele desembarcando o Major Palmeirim. Nesse mesmo dia, sob as ordens do CMG Yeo, suspendeu em direção ao Rio Apronague¹⁴. Cunha Moreira, liderando uma tropa de 30 ingleses e 20 marinheiros fuzileiros, após desembarcar,

efetua ataque à fortificação denominada Colégio. Nesse ataque, Luiz da Cunha Moreira sofreria um ferimento de sabre sobre a testa, o que o deixou com a cicatriz que levaria até o fim de seus dias. Esta operação é considerada como o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Em 5 de janeiro de 1809, de Apronague, após a chegada de Manoel Marques, que ficara no Oiapoque, subiram o Rio Mahury e conquistaram a Fortaleza Diamante e, por

terra, a Fortificação Degras-des-Canes. Na margem esquerda, conquistaram a Fortificação de Trió e, do lado oposto, um posto que defendia a fazenda do governador de Caiena, Victor Hugues.

Em 9 de janeiro, tomaram posição na fazenda de açúcar Beauregard, nas proximidades de Caiena.

No dia seguinte, 10 de janeiro, enviaram “parlamentários” ao governador de Caiena, propondo-lhe a capitulação. Após trocas de correspondências e aceitos todos os termos de capitulação, em 14 de janeiro de 1809, os portugueses ocupam a cidade de Caiena.

O governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes, só receberia a notificação da Tomada de Caiena em 14 de fevereiro, tendo antes, em 25 de janeiro, já encaminhado uma nova expedição para a Guiana Francesa, a terceira, a fim de reforçar as que lá se encontravam.

Nessa ocasião, Cunha Moreira é

designado para conduzir à França, com o navio “parlamentário” acompanhado de duas galeras, o governador de Caiena, sua família e comitiva.

Em 3 de março suspendeu com seu Brigue *Infante D. Pedro*, com destino ao porto francês de Morlaix, lá chegando em 20 de abril de 1809. Daí retornaria ao Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1809.

Pelos serviços prestados, Cunha Moreira seria promovido a capitão de

Em 14 de dezembro de 1808, Cunha Moreira, liderando uma tropa de 30 ingleses e 20 marinheiros fuzileiros, atacou a Fortificação Colégio, o que foi considerado o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil

14 Existem diversas denominações para este rio nos documentos pesquisados: Apronague ou Apruaga.

fragata¹⁵, por Decreto de 11 de agosto e Carta Patente de 31 de outubro de 1809. Em ofício datado de 6 de maio de 1809, de Caiena, o Tenente-Coronel Manoel Marques encaminha ao governador do Pará o seguinte elogio a Cunha Moreira: “O Capitão-Tenente Luiz da Cunha Moreira distinguiu-se no desembarque no Apronague e serviu com muita atividade até o fim da conquista e depois dela”.

Em diversas fases da retomada do território e na ocupação da cidade de Caiena, com muita coragem e sacrifício, seu e de seus comandados, Cunha Moreira distinguiu-se no comando do *Brigue Infante D. Pedro*.

Sobre a conquista de Caiena, Cunha Moreira deixou os episódios lá vividos registrados em “Memórias sobre a Conquista de Caiena”.

Podemos destacar vários tratados entre Portugal e França delimitando os limites territoriais na região: Paris (10 de agosto de 1797), Badajós (6 de junho de 1801), Madri (29 de setembro de 1801) e Amiens (27 de março de 1802), todos com grandes prejuízos para Portugal, pois permitiam a ocupação, pelos franceses, da área compreendida entre os rios Oiapoque e Araguari.

Esse assunto é muito pouco conhecido e tem sido descrito com pouca relevância até por excelentes estudiosos da problemática das questões de limites do Brasil, como o Barão do Rio Branco e Caetano da Silva, não salientando a importância que teve a Conquista de Caiena e a retomada e posse para Portugal da região compreendida entre os rios Araguari e Oiapoque. Terminadas as guerras napoleônicas, por ocasião do

Congresso de Viena, a representação do Reino de Portugal exigiu que o limite na região deveria ser o Rio Oiapoque, assim permanecendo até os dias atuais.

Destaca-se que, com a conquista de Caiena, D. João, tomado de grande satisfação, mandou cunhar em Londres medalha¹⁶ em prata para comemorar tal feito. A medalha tinha, de um lado, seu busto em alto-relevo e a inscrição “D. João, Príncipe Regente de Portugal” e, do outro, dois ramos de café; ao centro, a data de “14 de janeiro de 1809”, com a legenda “Caiena tomada aos franceses”. Em 21 de novembro de 1817, a região da Guiana Francesa é devolvida para a França, como estabelecido pelo Tratado de Viena.

Depois de tantos anos dedicados à vida marinheira na defesa do Reino, depois de tantas lutas e tormentas passadas, que acabam endurecendo o coração, seria justo e necessário que desfrutasse de momentos de lazer e felicidade. Era a ocasião para a escolha daquela que lhe desse o conforto do lar e lhe proporcionasse uma vida familiar com paz, amor e aconchego. Assim foi que, em 5 de junho de 1810, aos 33 anos, no Rio de Janeiro, no oratório particular na casa do Coronel Antônio Correia da Costa, consumou-se o sacramento com D. Maria Rita da Piedade, nascida em Nossa Senhora da Lapa, Lisboa, em 1795, filha do Chefe de Divisão José de Santa Rita e de sua mulher, D. Luíza Maria de Santa Rita. Foram padrinhos o seu pai e o Coronel Antônio Correia da Costa. Dessa união nasceriam seis filhos, três mulheres e três homens, todos chegando à vida adulta. Foram eles: Maria Isabel – 1813; Luiz – 1815; Joaquina Emília – 1822;

15 O posto de capitão de corveta só seria criado em 1906 na Marinha do Brasil, na República.

16 Segundo Luís Felipe Goycochêa, existem três versões dessa medalha, cunhadas em bronze, prata e prata com banho de ouro, todas com as mesmas dimensões (5 cm de diâmetro). Cunhada em Londres, pelo gravador George Frederick Pidgeon, seguiu o modelo elaborado pelo artista plástico flamengo Peter Rouw. Existe um exemplar no Museu Histórico Nacional.

José – 1825; Emília Carlota¹⁷ – 1826; e, o último, Henrique – 1829.¹⁸

Permaneceria no comando do Brigue *Infante D. Pedro* até 3 de dezembro de 1811, quando, com sua guarnição, é transferido para o Brigue *Gaivota*, aí permanecendo até 26 de fevereiro de 1813.

Em 1815, o governo do Príncipe Regente D. João, no Rio de Janeiro, decide ocupar a Banda Oriental do Rio Uruguai¹⁹, a fim de resguardar as fronteiras ao sul do Reino das contínuas invasões dos argentinos. Para isso, seriam necessários reforços vindos de Portugal.

Em 5 de abril de 1815, Cunha Moreira é designado a ir a Lisboa levar as ordens da Regência a fim de que se procedesse à formação de reforços para tal intento. Para isso, em 22 de julho, embarcou na Nau *Medusa*, que se dirigia para Lisboa. O navio, com avarias graves, necessitou arribar para Salvador para reparos. A fim de evitar maiores atrasos em sua apresentação em Lisboa, decidiu Cunha Moreira, por conta própria e às suas custas, embarcar em um navio mercante, o Bergantim Mercante *Flor de Amizade*, que se dirigia para Lisboa, lá chegando em 5 de janeiro de 1816.

Em 9 de janeiro, embarcaria na Nau *Vasco da Gama*, capitânia da força naval que transportaria a Divisão do Exército português, “Voluntários Reais”, que, sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor, depois Barão de Laguna, deveria conquistar a Banda Oriental do Rio Uruguai, depois Província Cisplatina.

Em 30 de março de 1816, chegou ao Rio de Janeiro e aqui permaneceu até 12 de junho, quando suspenderam rumo ao Rio da Prata. Essa Força Naval era comandada pelo Chefe de Divisão Rodrigo

José Ferreira Lobo. Em Santa Catarina, desembarcaram a força terrestre e prosseguiram para o Rio da Prata, a fim de reforçarem a força naval que lá se encontrava. Necessitando Rodrigo Lobo de ter um observador em terra para acompanhar os movimentos da tropa e manter a força naval informada, o escolhido foi Cunha Moreira, que, liderando um desembarque de tropa de marinheiros e enfrentando um inimigo voraz com muita coragem, audácia e valentia, tomara a Vila de São Fernando de Maldonado, hasteando em seguida o pavilhão real.

Em 20 de janeiro de 1817, entram vitoriosos em Montevideú.

Em seu despacho para a Corte, assim se manifestara o Chefe de Divisão Rodrigo Lobo: “...encarregado por mim de ir a terra como emissário, para que se ofereceu com bastante galhardia, sendo assaz arriscada aquela comissão...”.

Ainda se destacaria no bloqueio aos portos no estuário do Rio da Prata, recebendo o seguinte comentário de seu chefe: “...muito se desvelou o notável oficial...”.

De regresso à Corte, no Rio de Janeiro, em 27 de março de 1817, assume o comando da Fragata *Thetis*.

Em 2 de abril, suspendeu do Rio de Janeiro, fazendo parte de uma força naval composta de sua fragata, duas corvetas e uma escuna, sob o comando do Chefe de Divisão Rodrigo Lobo, a fim de bloquear a capitania de Pernambuco e dismantelar os rebeldes da Revolução Pernambucana, que, em 6 de março de 1817, estabeleceu, por 80 dias, uma República com as adesões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tendo chegado, inclusive, a adotar uma Constituição.

17 Esposa de Teotônio Raimundo de Brito, capitão de bandeira do Almirante Barroso, na Batalha Naval de Riachuelo.

18 Luiz e José alcançariam o Almirantado. Henrique seguiria a carreira de Medicina.

19 Depois Província Cisplatina e agora República Oriental do Uruguai ou apenas Uruguai.

Lá chegando, recebe ordens para efetuar o desembarque, sendo o primeiro a fazê-lo, conduzindo a sua tropa, que ocuparia as fortalezas do Recife, tendo-lhe sido dada essa grande honraria e responsabilidade. Com a segurança estabelecida, sinalizou para que a força naval se aproximasse e desse continuidade aos demais desembarques.

A revolta foi controlada e restabelecida a ordem real, mas às custas de muita dor e sofrimento dos revoltosos, que passariam a ser vítimas da crueldade com que foram tratados, mesmo após entregarem suas armas e terem se rendido. Cunha Moreira assistiria horrorizado aos mandos e desmandos do Chefe de Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo para com os revoltosos nacionais.

Assim se pronunciaria o Chefe de Divisão Rodrigo Lobo em relação a Cunha Moreira:

“...e na restauração que acabo de fazer da Capitania de Pernambuco, foi o primeiro oficial que mandei com ordens do que se havia de fazer e de tudo deu pronta execução, assim como no árduo e rigoroso bloqueio que fiz no porto daquela Capitania, e além do referido e muito subordinado e de muito bons costumes e por todos estes motivos o considera digno de contemplação que S. Mag. quiser ter com ele”.

Pelos serviços prestados na Cisplatina e em Pernambuco, em 12 de outubro²⁰ de 1817 foi promovido a capitão de mar e guerra – graduado. Entretanto Rodrigo Lobo e outros oficiais receberam duas promoções e ainda foram contemplados com medalhas. Isso não seria justo, assim

considerou Cunha Moreira, requerendo ao Rei D. João VI, solicitando as mesmas graças, assim explicando:

“O suplicante, Senhor, não só desempenhou em cada uma das expedições os deveres inerentes ao seu cargo, mas foi duas vezes como parlamentar a Maldonado, arriscando a sua vida para com um povo que não respeitava o direito público e das gentes. O Suplicante foi o primeiro que teve a coragem de desembarcar no Recife de Pernambuco... desprezando todos os riscos que a prudência receava da conduta dos revolucionários; convocou a gente de mar com que guarneceu as fortalezas fazendo os sinais com que da esquadra, certificado dos sucessos, desembarcou então o comandante. V. Mag. reconheceu então os duplicados serviços do Chefe, premiando-o além das insígnias de honra com duplicados postos. O suplicante mostra os seus livres e relevantes serviços naquelas expedições pela atestação de seu chefe junta e a vista dos motivos ponderados...”.

Em 21 de fevereiro de 1818, teve seu requerimento despachado favoravelmente, sendo efetivado no posto de capitão de mar e guerra, contando a promoção na data de 12 de outubro de 1817.

Adoecendo, desembarca em 17 de dezembro de 1817. Restabelecido, em 11 de junho de 1818 é, novamente, nomeado comandante da Fragata *Thetis*, que se encontrava em Montevidéu. Embarcou para o sul no Bergantim *Atrevido*²¹, a fim de reassumir o comando da *Thetis*, o que ocorre em 3 de setembro de 1818.²²

20 Data natalícia de D. Pedro.

21 Dr. Manuel de Melo Cardoso Barata, seu primeiro biógrafo, descreve como Bergantim *Altivo*.

22 Manuel Barata diz ter acontecido em 5 de outubro.

Revolução Liberal do Porto, Portugal, 24 de agosto de 1820

Este fato desencadeará diversos outros que viriam a contribuir com a nossa Independência.

Ao chegar a notícia a Montevidéu, as tropas se levantaram, exigindo o juramento à nova Constituição Liberal que seria promulgada em Lisboa.

Cunha Moreira, comandante do navio capitânia, e outros oficiais se manifestaram favoráveis à Regeneração Política.

Para nos ajudar a entender o que viria a acontecer na área, temos a seguinte carta de Rodrigo Lobo ao ministro da Marinha:

“... à noite o capelão da *Thetis*, Fr. Bernardo, chegou a bordo da fragata e fez que dessem vivas à Constituição e se iluminasse o navio, e tudo isso sem que se dessem ordens, nem ser eu sabedor o que lhe prova bastante dos ânimos de todos os oficiais, que lhe não embarçaram aquela determinação...” Continuando, dizia “que o comandante e o seu imediato não estavam a bordo e pedia ao ministro para serem rendidos o capelão e vários oficiais, informando que o comandante Cunha Moreira, o comissário e o capitão de artilharia Maximiliano A. da Silva Leite (preso a bordo por representar contra o agora Vice-Almirante Rodrigo Lobo) andavam em conventículos”. Terminava sua carta: “Portanto, rogo a V. Ex. Sejam rendidos estes indivíduos e o comandante Luiz da Cunha Moreira, ou então não respondo pelo que pode acontecer para o futuro em uma embarcação onde há uma facção

de indivíduos com tanta falta de caráter e subordinação.”

Por ordem superior, Cunha Moreira foi afastado do comando da *Thetis* em 20 de abril de 1821, regressando ao Rio de Janeiro, portando documentos do General Lecor para o Governo.

Em 19 de maio de 1821, chegaria ao Rio de Janeiro, já não mais encontrando o Rei, que partira para Lisboa em 26 de abril.

Daí em diante, até assumir o comando da Corveta *Maria da Glória*, em 30 de abril de 1822, esteve envolvido em grupos que idealizavam a Independência do Brasil.

Em 14 de julho, no comando da Corveta *Maria da Glória*, participou da Força Naval sob o comando do Chefe de Divisão Rodrigo Antônio de Lamare, que também comandava a Fragata *União*. Faziam parte, também, a Corveta *Liberal*, sob o comando do Capitão-Tenente Antônio José de Carvalho, e o Brigadeiro *Reino Unido* (depois denominado *Cacique*), sob o comando do Capitão-Tenente Francisco Maurício de Souza Coutinho²³. Essa Força Naval tinha como tarefa o transporte, para Alagoas, da tropa sob o comando do Brigadeiro Pierre Labatut²⁴, que combateria as tropas do General Inácio Luiz Madeira de Melo, na Bahia, que se recusavam a obedecer às ordens do Príncipe Regente D. Pedro para que regressassem a Portugal.

Foi uma comissão cheia de percalços, pelo fato de a guarnição ser praticamente de portugueses, se não declaradamente hostis, pelo menos indiferentes à emancipação política do Brasil. Não seria uma viagem tranquila, pelo espírito de rebelião que agitava o ânimo da marujada. Cunha Moreira precisou empregar toda energia

23 Depois Marquês de Maceió, filho do Conde de Linhares.

24 Oficial francês, lutou nas guerras napoleônicas, na independência da Colômbia e depois pela independência da Bahia. Era bisavô do Almirante Alexandrino Faria de Alencar.

que dispunha para manter a ordem e a disciplina no navio.

Em 29 de setembro de 1822, regressa ao Rio de Janeiro a Força Naval já com a Independência proclamada. Em decorrência do ocorrido na expedição à Bahia e com a Independência, torna-se mister constituir as tripulações dos navios com o máximo possível de brasileiros, tarefa das mais difíceis pela falta de marinheiros nacionais e praticamente a inexistência de oficiais que não fossem portugueses.

Por ofício de 15 de outubro, do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, manda Cunha Moreira passar para a Fragata *União* e constituir uma tripulação com o maior número possível de nacionais, ou, pelo menos, com portugueses confiáveis. Em 17 de outubro passa a comandar a Fragata *Carolina*. Desse navio sairia para assumir o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, em 28 de outubro, em substituição a Manuel Antônio Farinha, Conde de Souzel, sendo pois o primeiro brasileiro a assumir tal cargo, nele permanecendo até 13 de novembro de 1823. Não seria tarefa fácil.

Seu momento na pasta da Marinha, descreveremos mais a seguir, na Parte II deste trabalho.

Em 18 de fevereiro de 1823, em Alvará Imperial, lhe é concedida a mercê de foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial.

Em 12 de outubro de 1823, foi promovido a chefe de Divisão. Nessa mesma data, recebe a Comenda de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Em 12 de novembro de 1823, pediria demissão, acompanhando José Bonifácio de Andrada e Silva²⁵, por se recusar em

apoiar o decreto da dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I. O decreto de exoneração é de 13 de novembro.

Mesmo ausente do Governo, pela sua honradez, caráter, lealdade, patriotismo, dedicação demonstrada ao Império, "... em atenção ao préstimo, zelo e atividade com que servira nas diversas comissões e empregos em que fora encarregado", continua merecendo do Imperador respeito e consideração, sendo, pois, em 19 de novembro de 1823, nomeado vogal do Conselho Supremo Militar.

Em 3 de dezembro de 1823, Carta Imperial o nomeia conselheiro de Estado.

Em 12 de outubro de 1826, é promovido a chefe de esquadra graduado e um ano após elevado a efetivo, em 12 de outubro de 1827.

O Decreto Imperial de 7 de fevereiro de 1827 o nomeia para o cargo de inspetor do Arsenal de Marinha da Corte²⁶, assumindo em 12 e exercendo-o até 26 de abril de 1828. Nesta data é exonerado do cargo de inspetor do Arsenal e nomeado para o comando da Companhia de Guardas-Marinha e a direção da Academia de Marinha, função descrita como da mais alta relevância, dignidade e consideração pelo governo, como descreve Henrique Boiteux.

Em 12 de dezembro de 1829, é exonerado do cargo anterior e nomeado Intendente de Marinha do Rio de Janeiro, na Corte, assumindo em 19 desse mês e exercendo até 16 de outubro de 1830.

Por Decreto de 8 de outubro de 1830, é exonerado do cargo de intendente da Marinha, passando-o em 16 de outubro.

Já na Regência, em nome do Imperador, pela Carta Imperial de 10 de abril de 1831, é nomeado presidente da Província

25 Ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, uma espécie de primeiro-ministro. 26 Pelo Decreto de 30 de julho de 1836, voltou a ocupar o cargo de inspetor do Arsenal de Marinha até 29 de agosto de 1837.

do Pará. Por questões familiares, solicitou a revogação da nomeação, tendo sido atendido por Carta Imperial de 17 de maio de 1831, nomeando o Visconde de Goiana para a Presidência.

Em 15 de abril de 1831, decreto o nomeia, pela segunda vez, intendente da Marinha na Corte, assumindo em 18 de abril e aí permanecendo até 7 de julho (entretanto seu decreto de exoneração é de 2 de agosto) do mesmo ano.

Nos cinco anos seguintes, não se tem notícias de qual atividade na Marinha Nacional e Imperial teria exercido.

Em 30 de julho de 1836, é novamente nomeado inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, no Rio de Janeiro, aí permanecendo até 29 de agosto de 1837.

Em 2 de dezembro²⁷ de 1839 é graduado vice-almirante (Carta Patente de 13 de janeiro de 1840) e efetivado na mesma data dois anos depois, em 1841.

Por Decreto de 5 de maio de 1844, foi agraciado como Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Por Decreto de 4 de agosto de 1849 é reformado, a pedido, como almirante²⁸.

Continuaria exercendo o cargo de conselheiro de Guerra.

Por Decreto de 2 de dezembro de 1854 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de São Bento de Avis.

Ainda seria merecedor de mais significativas homenagens e reconhecimentos por tanta dedicação à Marinha Nacional e Imperial e ao Brasil. E assim, por Decreto de 10 de junho de 1858 e Carta Imperial de 15 do mesmo mês e ano, o Imperador, “em reconhecimento aos seus longos e relevantes serviços prestados com toda dedicação à Pátria, tanto na paz como na guerra”,

lhe agradeceu com o título nobiliárquico de Visconde de Cabo Frio, com grandeza.

Não se sabe a motivação para receber o título em nome de tal cidade, pois é desconhecida sua ligação com a cidade de Cabo Frio, importante entreposto de comércio exterior no Brasil Colônia. Imagina-se que seria para enaltecer um título com o nome de uma cidade de grande valor.

Foi agraciado com as seguintes honrarias: Fidalgo – Cavaleiro da Casa Imperial; Grande do Império; Dignitário da Ordem da Rosa; Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada; Grã-Cruz de São Bento de Avis; Medalhas de ouro da Guerra da Cisplatina e da Conquista de Caiena; e Conselho da Guerra.

Deixou como legado relatórios dos cargos que ocupou. Sua participação na retomada de Caiena ficaria registrada nos alfarrábios intitulados “Memória sobre a Conquista de Caiena”.

Seu passamento aconteceria em 28 de agosto de 1865. Seu corpo foi, no dia seguinte, conduzido em carro da Casa Imperial, ladeado por seis marinheiros estribeiros e tochas acesas, para ser sepultado em jazigo da família nº 29C, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Nessa época residia à Rua do Lavradio nº 152²⁹.

Na edição de 29 de agosto, assim declarava o *Correio Mercantil*:

Os serviços importantes que prestou ao Império e a honestidade com que caracterizava sempre os seus atos, o tornarão credor da veneração que bem mereceu de seus concidadãos.

Após a leitura dessas poucas páginas, podemos observar a briosa carreira na

27 Data natalícia de D. Pedro II.

28 Carta Patente de 27 de setembro de 1850.

29 Casa já demolida para abertura da atual Avenida Mem de Sá.

Marinha desse ilustre marinheiro e devotado patriota. Uma vida dedicada às lides navais.

Nesta primeira parte tentei colocar o máximo de dados de nosso biografado, muitos deles novidade para muitos de nós marinheiros.

Pelo descrito, depreende-se possuir Luiz da Cunha Moreira a capacidade administrativa e operativa necessária para conduzir, com eficiência e eficácia, a difícil tarefa de formação da primeira Armada Nacional e Imperial do Brasil.

Podemos destacar como D. Pedro se manifestou ao convidá-lo para o Ministério:

Confiado na tua aptidão e no teu patriotismo, EU tenho te nomeado Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha na época mais crítica e mais gloriosa de teu país, trata-se de se fazer a Independência do Brasil, e precisa-se de uma Esquadra que combata a da Metrópole inimiga de nossa emancipação política, e que faça tremular em longínquos mares o pavilhão do Império que fundei.

Como descrito por Brian Valle, na *História Naval Brasileira*, sobre Cunha Moreira: "... patriota convicto, homem de grande integridade e marujo experimentado".

A RELEVÂNCIA DA FORÇA NAVAL NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Um país que possua um longo litoral, sua primeira necessidade como Estado independente é de uma Marinha respeitável, mesmo quando em tempos de paz.

Para falarmos desse tema, se faz necessária uma abordagem mais ampla, retrocedendo na história alguns anos

mais. Nesses anos próximos que antecederam a Independência do Brasil, muitas alterações políticas, sociais, econômicas e culturais aconteceram e foram grandes incentivadoras para o nosso processo de independência.

Podemos considerar três acontecimentos marcantes nas relações do Brasil com Portugal.

O primeiro deles se inicia com a mudança da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, em decorrência da invasão da metrópole por forças napoleônicas. Sob a ameaça avassaladora das tropas francesas na Europa, D. João, Príncipe Regente de Portugal, resolve transferir o Reino e toda a estrutura de governo para o Brasil, sua colônia de maior importância. Partindo do Tejo em 29 de novembro de 1807, após viagem, às vezes tempestuosa, às vezes de total calma, mas sempre com muito desconforto, com navios se desgarrando do capitânia, chegaria a Salvador – Bahia em 28 de janeiro de 1808.

Nesse dia, promulga uma Carta Régia decretando a abertura dos portos às nações amigas, encerrando o monopólio secular do comércio com Portugal, vindo a contribuir de forma acentuada para o crescimento econômico da colônia e mudanças políticas significativas. Muitos historiadores portugueses consideram esse ato um dos mais nefastos para Portugal, pois com ele se extinguiria o Pacto Colonial e o monopólio comercial que impunham ao Brasil.

De uma hora para outra desmoronaria todo o processo de lucro que por mais de trezentos anos teve os portugueses como os grandes beneficiários. Estes, agora, desesperados, viam extinguir-se o tempo dos privilégios e monopólios. Tudo se tornava mais grave pela crescente Revolução Industrial em curso na Inglaterra.

Em 7 de março de 1808, atracariam no Rio de Janeiro, sede do governo colonial, seu destino final. Aqui chegando, logo se estabeleceram as estruturas administrativas de governo e de Estado. Na segurança da distância, declara estado de guerra com a França e ocupa Caiena, capital de sua colônia, a Guiana Francesa.

A abertura dos portos no Brasil, em 1808, prejudicaria, sensivelmente, o comércio em Portugal, o qual caiu a uma situação de pobreza nunca vista.

Portugal passa a ser administrado, primeiro, pelos franceses invasores e depois pelo general inglês William Beresford, ambos detestados pelos portugueses. O Tesouro público estava vazio, os funcionários com salários atrasados e o país vivendo um desabastecimento severo. Enquanto isso, o Brasil cresce.

A partir de 1808, diversas foram as alterações que se processaram na sociedade brasileira, principalmente nos aspectos econômico, social e cultural. Essas mudanças foram tão marcantes que provocariam modificações políticas irreversíveis nas relações entre o Brasil e Portugal.

Com a vinda da Família Real e de boa parte da nobreza, as exigências de melhores bens de consumo aumentaram e tornavam-se necessários o provimento destes sem que se dependesse das importações estrangeiras.

Consta que foi trazido para o Brasil, não só do Tesouro Real, mas também pelas famílias que para cá vieram, o quantitativo de 200 milhões de cruzados, uma fortuna na época, que se tornaram disponíveis para investimento e consumo. A colônia se capitalizara de uma hora para outra. Como fator comparativo, no retorno da Família Real para Portugal, foram levados cerca de 50 milhões, valor este que caracterizaria uma quase falência do Brasil.

O impacto da chegada da Corte portuguesa ao Brasil causou dois sentimentos antagônicos. O primeiro deles foi o de hostilidade aos novos residentes, em decorrência do grande incômodo que tal quantidade de pessoas, e das mais exigentes, provocaram aos moradores da cidade, tendo alguns deles sido obrigados a cederem suas próprias residências para os nobres portugueses que aqui chegavam. Como dado para comparação, o acréscimo de pessoas na cidade foi da ordem de 15 mil para uma população de 60 mil.

O outro sentimento era de regozijo, pelo fato de estarem podendo desfrutar da convivência de tão requintadas famílias, de uma nobreza das mais antigas da Europa.

As mudanças sociais aconteceriam rapidamente, tendo em vista a predisposição de se aceitarem modos e costumes de tão requintados personagens. Um dos maiores foi em relação às vestimentas, que passaram a ter características europeias, principalmente no elemento feminino.

Também na construção, houve modificações sensíveis, principalmente nas habitações, em que luxuosas residências passaram a ser erguidas para a acomodação dos nobres e burgueses mais endinheirados, normalmente portugueses e estrangeiros, e diplomatas que para cá se transferiram. Outras modificações mais aconteceriam principalmente nos hábitos alimentares, no incremento de festividades e manifestações culturais, como a vinda da Missão de Artes da França, a ópera e o teatro, a criação de curso de Medicina, o comércio, as belas artes, a Biblioteca Pública e o Jardim Botânico. Em Salvador, criou-se a Escola Científica Médico-Cirúrgica.

Não seria mais possível continuar o Brasil a ser governado como colônia. Era necessário fazê-lo funcionar como um reino e, assim, organizar e implementar os serviços governamentais e de atividade

política de um Estado. Criaram-se, então, o Conselho Superior de Justiça; o Arquivo Militar do Brasil; a Mesa do Desembargo do Paço; a Mesa da Consciência e Ordens; a Intendência Geral; a Polícia da Corte; a Junta de Comércio – Agricultura, Fábricas e Navegação; a Casa da Moeda; um Banco Público; a Fábrica Real da Pólvora; a Imprensa Régia; o Erário; e o Conselho de Fazenda. Elevou-se a Relação do Rio a Casa de Suplicação do Brasil e Superior Tribunal de Justiça. Remodelaram-se o Arsenal Real de Marinha e o Recrutamento para completar os Regimentos de Linha (todos os nomes da época foram preservados no texto).

Diversos passam a ser os atos liberalizantes editados pela Coroa, principalmente no comércio exterior. Dentre eles podemos destacar: a abertura dos portos às nações amigas; o favorecimento aos ingleses, com taxas baixas para importação de seus produtos; a instalação no Brasil de várias indústrias, tais como de vidro, pólvora, moagem do trigo, canavieira, criação de gado, cultivo do algodão, tabaco e salinas.

O segundo acontecimento marcante entre Brasil e Portugal seria a Carta de Lei, de 16 de dezembro de 1815, quando D. João estabeleceu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pondo um fim ao regime colonial nas Terras de Santa Cruz. Esse ato criou uma situação paradoxal – o Brasil faria parte do Reino, sendo a sua sede naquele momento, porém os brasileiros não desfrutavam dos mesmos direitos e benefícios dos portugueses, apesar de, com seus impostos, sustentarem a Corte e o Governo. Esse ato foi necessário para que Portugal pudesse ter representação política e participar do Congresso de Viena, na Áustria, que reconhecia somente Lisboa como a sede do governo português.

A propaganda que se fez na Europa, da criação de um novo Reino na América do

Sul, aguçou a curiosidade estrangeira sobre essa terra tão distante que era o Brasil. Com isso, os interesses despertados nos estudiosos das ciências naturais os levaram a virem para cá, tendo sido eles os responsáveis pelo grande incremento no conhecimento mais profundo sobre nossos recursos naturais. Nessa ocasião, várias expedições científicas vieram ao Brasil para registrar a fauna e a flora e estudar o povo brasileiro. Todas essas alterações viriam modificar os modos de ser e de pensar dos brasileiros, muito influenciados também pela repentina abundância de livros e periódicos que passaram a circular, divulgando novas ideologias, de tendência liberal e de formação de um espírito de autonomia. Com isso, o Brasil passou a gozar de privilégios políticos iguais aos de Portugal.

Em 20 de março de 1816, morre a rainha D. Maria I, mãe de D. João, e, em 6 de fevereiro de 1818, este é aclamado Rei.

Em 6 de março de 1817, eclode uma revolta no Nordeste do Brasil, conhecida como “Revolução Republicana Pernambucana” ou “Revolução dos Padres”, em decorrência da participação expressiva de sacerdotes católicos no movimento, que por 80 dias estabeleceu uma República, com a adesão das províncias de Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tendo chegado inclusive a adotar uma Constituição. Sob a liderança de comerciantes, militares, juizes e religiosos católicos, os revolucionários tentaram obter apoio dos Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido e Argentina. Caso tivessem obtido sucesso, provocariam graves consequências para a união do Reino.

O movimento, de caráter republicano, emancipacionista, nativista e liberal, teve início na capitania de Pernambuco, devido à insatisfação da população com a obrigatoriedade de enviar para a Corte, no Rio de Janeiro, elevada soma de di-

nheiro, enquanto Pernambuco, apesar de ser uma capitania rica, estava passando por grave crise em função da forte seca de 1816. Sem recursos financeiros, o governo atrasava o salário dos funcionários públicos e dos soldados, gerando muita insatisfação. Entre outras causas, podemos destacar:

- ideias liberais nas classes médias e altas da sociedade pernambucana, principalmente entre os maçons;

- ocupação de cargos públicos por portugueses, desfavorecendo os brasileiros;

- grande insatisfação dos comerciantes pernambucanos e da elite agrária, que não aceitavam os elevados impostos e o controle exercido pela

corte portuguesa sobre seus negócios;

- havia, também, em Pernambuco um forte sentimento de patriotismo na população, principalmente em Recife e Olinda, e um sentimento antilusitano significativo; e

- como havia muita pobreza na região, as pessoas mais pobres também apoiaram e participaram do movimento.

Os comerciantes portugueses, que tinham privilégios concedidos pela Corte, não participaram da revolta e ainda se colocaram contra.

Os líderes da revolta estabeleceram como propósitos a libertação do Nordeste em relação à metrópole, com a instalação de uma República Liberal. Elaboraram uma Constituição, que teria os ideais liberais como princípios básicos. Iniciaram com a dominação do Palácio do Governo e prenderam o governador pernambucano. Logo em seguida, criaram um governo

provisório de caráter republicano. Decretaram a igualdade de direitos, a liberdade de imprensa, a tolerância a crenças e o fim dos impostos sobre os produtos de primeira necessidade, principalmente alimentos. Porém a abolição da escravidão não foi decretada. Vale lembrar que muitos revoltosos eram ricos proprietários rurais e possuíam escravos.

A repressão e o fim da revolta

Quando a notícia da revolta chegou ao Rio de Janeiro, Dom João resolveu responder rapidamente com o envio de tropas para Pernambuco. A repressão foi violenta,

com os líderes presos e condenados à morte. Muitos foram esartejados e expostos em praça pública. A população de Pernambuco demoraria para esquecer a chacina.

Embora não tenha atingido seus objetivos, a Revolução Pernambucana

teve grande importância na política brasileira do começo do século XIX. Foi um importante movimento de contestação às injustiças sociais, políticas e econômicas exercidas pelo governo de D. João, principalmente na Região Nordeste. Simbolizou também a entrada dos ideais liberais e a luta pela liberdade no Brasil. Tanto que esse movimento é considerado, por muitos historiadores, como o embrião da Independência do Brasil.

O fim dessa revolta e da invasão na Guiana Francesa e a incorporação da Cisplatina ao Reino caracterizariam a intenção de D. João em formar um Império no Brasil.

A Revolução Pernambucana foi um importante movimento de contestação às injustiças sociais, políticas e econômicas exercidas pelo governo de D. João

O terceiro acontecimento marcante se daria com o regresso de D. João VI a Portugal.

Terminadas as guerras na Europa, Portugal entra num processo de regeneração que colidiria com as liberdades comerciais agora já vividas pelo Brasil.

D. João VI postergava o seu retorno a Lisboa, mesmo tendo sido solicitado o seu regresso pelo Conselho de Governadores e por diversas Casas Reais da Europa. Ele se adaptara muito bem ao Brasil, assim como grande parte da aristocracia portuguesa que com ele viera de Lisboa, tendo, muitos deles, se casado com pessoas da elite local, tornando-se donos das terras e dos negócios.

Para os portugueses na Europa, todos os males pareciam advir da permanência da Corte no Brasil e da autonomia concedida à colônia. Era pensamento comum em Portugal que o regresso da Corte a Lisboa teria como consequência natural o fim dos privilégios da colônia e o retorno dos benefícios que o Pacto Colonial lhes proporcionava.

A Grã-Bretanha, uma das maiores incentivadoras desse retorno, chegou a enviar uma Esquadra para comboiar o regresso. Essa manifestação seria um dos primeiros indícios de que apoiaria a independência do Brasil, trazendo para si grandes vantagens comerciais com o país independente.

Era para D. João VI uma situação muito difícil: ser ao mesmo tempo rei de Portugal e do Brasil, dois países que naquele momento possuíam interesses opostos.

Esse desequilíbrio teve consequências, e, em 24 de agosto de 1820, eclodiu a Revolução Liberal na cidade do Porto, com a pretensão de reerguer a monarquia portuguesa e promover a união de todos os seus territórios e a volta do controle de Lisboa sobre suas colônias, inclusive com o monopólio comercial. Seria deno-

minada de “Regeneração”, que se mostra antagonica com as liberdades, principalmente a do comércio vivida pelo Brasil. Portugal buscava o equilíbrio reformando os abusos e estabelecendo uma nova ordem institucional. Promulgaria uma Constituição liberal, estabelecendo uma monarquia constitucional. Esta tinha uma grande vantagem: não deixava brechas nem para o absolutismo dos reis e nem para a anarquia do povo.

Em 15 de janeiro de 1821, no Convento de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, reuniram-se as Cortes, na condição de Congresso Soberano, acima do Rei D. João VI, proclamando-se Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, promulgando um ato que exigia o regresso de D. João VI.

Era de se esperar que, com a saída do monarca, os brasileiros não aceitassem mais o retrocesso de suas liberdades, principalmente as comerciais.

No Brasil, a Regeneração provocou uma mudança na administração do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a elevação das capitânicas à condição de províncias, com autonomia para eleger seus representantes, desde que declarassem adesão às Cortes Gerais em Lisboa. Essa adesão aconteceria diferenciada, pois cada uma das províncias possuía uma relação com Lisboa ou com o Rio de Janeiro, de forma particular e diferente. Aderiram à causa da Regeneração: em 1º de fevereiro de 1821, a província do Grão-Pará e, em 10 do mesmo mês, a Bahia e o Maranhão. Em Salvador, Bahia, eclodiu uma luta armada, proclamando o movimento constitucionalista. Uma Junta Provisional assumiu o governo, jurando fidelidade a D. João VI e à futura Constituição, ato aprovado por D. João em Carta Régia de 28 de março.

Em 12 de fevereiro de 1821, a Junta na Bahia anistiou todos os cidadãos,

perseguidos desde 1807, por suas ideias políticas, incluindo Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, revolto de 1817, em Pernambuco.

Ainda em fevereiro, o Conselho da Regência em Portugal convoca D. João a retornar a Lisboa e prestar, imediatamente, juramento à Constituição.

Em 24 de fevereiro, D. João VI promulga um decreto real em que aprova a Constituição que se está fazendo em Portugal, abrangendo o Brasil e mais domínios. Ele resistia em sair do Brasil.

Em 26 de fevereiro, no Rio de Janeiro, um movimento militar pressionou o regresso da Corte a Lisboa.

Em 7 de março, D. João VI, por decreto, decide regressar a Portugal, deixando D. Pedro como encarregado do Governo Provisório do Reino do Brasil, até o estabelecimento da Constituição em elaboração pelas Cortes Gerais, em Lisboa.

D. João teria dito a seu filho: “Põe a coroa sobre a tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela”.

O posicionamento liberal e nacionalista dessa revolução na cidade do Porto que, intransigentemente e radicalmente, desejava manter o regime colonial no Brasil criou fortes reações dos brasileiros, apressando a nossa independência política, embora esta estivesse na lógica dos acontecimentos.

Na Europa, a Grã-Bretanha e a Santa Aliança pressionavam o regresso de D. João.

Em 9 de março de 1821, em Portugal, as Cortes promulgaram as bases da Constituição política da monarquia portuguesa, que foram divulgadas por decreto da Regência do Reino em Lisboa.

Em abril, o Congresso português promulga uma portaria na qual considera legítimos todos os governos estabelecidos, ou que se estabelecerem, nos Estados portugueses do ultramar e ilhas adjacentes

que abraçassem a causa da Regeneração. Em seguida, manda que se procedam às devidas eleições de deputados para a sua representação na Corte. Com esta ação, as províncias, agora de norte a sul do Brasil, passam a apoiar a Regeneração.

Em 21 de abril, na Praça do Comércio, no Rio de Janeiro, ainda ocorreria uma manifestação contra a partida de D. João VI, que foi controlada pelas tropas portuguesas, deixando três mortos e 20 feridos.

Retorno de D. João VI e consequências que ajudaram na Independência do Brasil

Em 24 de abril de 1821, D. João VI e membros da Corte, em torno de 4 mil pessoas, embarcaram nos navios, mas só suspenderam do Rio de Janeiro para Lisboa em 26 de abril, deixando D. João seu filho, D. Pedro, como Príncipe Regente. Foi uma partida sentida tanto pela população como por D. João VI, que, nessa ocasião, já preferia ficar aqui pelos trópicos.

A partida de D. João aceleraria o processo de Independência do Brasil.

Mesmo com o regresso de D. João VI, o Brasil ainda fazia parte do Reino Unido de Portugal e Algarves e Terras Ultramarinas, tendo se tornado parcela preponderante desse Reino. Não seria mais aceitável retroceder para a situação de colônia.

Em 5 de maio de 1821, as Cortes em Lisboa declaram os bens da Coroa no Brasil incorporados à Fazenda Nacional.

Em 5 de junho, D. Pedro jurou as bases da Constituição.

Em 3 de julho, D. João VI chegou em Lisboa e, no dia seguinte, junto às Cortes, jurou novamente as bases da Constituição. Encontraria um Reino fragilizado politicamente, com ameaças substanciais até da manutenção da monarquia e do regime liberal, além de muito endividado.

As Cortes Gerais já vinham funcionando em Lisboa desde janeiro de 1821, mas apenas com deputados portugueses. Seriam cem deputados portugueses, 65 do Brasil, nove dos Açores e da Madeira e sete dos demais domínios portugueses. Era uma representatividade que favorecia os portugueses e sem uma proporcionalidade adequada.

Os primeiros representantes das províncias do Brasil lá começaram a chegar a partir de agosto de 1821. Dos 65 representantes, apenas 45 compareceram, acentuando ainda mais as desvantagens dos brasileiros. O deputado Cipriano Barata, da Bahia, propôs suspender as sessões até a completa presença dos representantes brasileiros na Assembleia. Não foi atendido, e as sessões continuaram. O problema se agravaria quando a Corte passou a tomar novas deliberações no intuito de fazer retirar do Brasil a situação de liberdade política e comercial que alcançara, tentando retorná-lo à situação de colônia.

O Decreto de 29 de setembro de 1821 das Cortes Gerais estabelecia nova administração política, militar e financeira para o Brasil, todas sujeitas diretamente à Corte em Lisboa, e exigia o regresso de D. Pedro, por não ser mais a sua presença no Brasil necessária. Esta medida só chegaria ao Brasil em 9 de dezembro, mas só no dia seguinte, 10 de dezembro de 1821, dela se tomaria conhecimento, provocando forte reação do grupo que defendia uma separação de Portugal. Na verdade, existiam no Brasil, no aspecto social e ideológico, três partidos:

1º – defendia a união luso-brasileira, constituída basicamente de portugueses;

2º – constituído por senhores de engenho, empregados públicos e alguns eclesiásticos influentes, defendia um go-

verno independente, com sede no Rio de Janeiro, com uma Constituição moderada e duas Câmaras; e

3º – Partido Democrata, muito numeroso, constituído pelo povo em geral, que defendia a existência de governos provinciais independentes.

Opondo-se a toda essa pressão de Lisboa, o Senado, no Rio de Janeiro, cobra uma posição de D. Pedro, que publicamente declara, em 9 de janeiro de 1822, que aqui ficaria, celebrizando-se essa data como “O dia do Fico”³⁰.

Em 13 de janeiro de 1822, extinguiram-se os Tribunais de Justiça aqui estabelecidos desde 1808.

Em relação à situação da tropa militar portuguesa no Brasil, era desejo dos brasileiros que as tropas militares fossem formadas por elementos aqui nascidos.

Nesse momento, observa-se o início de uma separação nítida entre as províncias do Norte, fiéis à Corte e com centro na província da Bahia, e as do Sul, separatistas. Destaca-se o posicionamento independente de Pernambuco, que não só queria mudar a relação de dependência, como também modificar a forma de governo no Brasil.

É célebre uma declaração da província de São Paulo a D. Pedro:

Ou vai e nós nos declaramos independentes, ou fica e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do Congresso; além disso, tanto os ingleses europeus como os americanos ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza.

Essa atitude revelaria que os separatistas contavam obter apoio dos EUA e da Grã-Bretanha.

30 “Se é para o bem de todos e para a felicidade geral da nação, estou pronto, digam ao povo que fico.”

Os deputados de São Paulo, no Congresso em Lisboa, assim se manifestaram: “Os povos do Brasil são tão portugueses como os de Portugal e, por isso, hão de ter iguais direitos e se assim não fosse a nossa união não duraria um mês”.

Como resposta das Cortes portuguesas ao que acontecia no Brasil, foi criada, em 18 de março de 1822, a Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil, que, em seu primeiro parecer, propunha, entre outras resoluções opressivas, que:

- o Príncipe permanecesse no Rio de Janeiro enquanto não se fizesse a organização geral do governo do Brasil;
- não se instalasse a Junta Provisional no Rio de Janeiro;
- se fizesse executar o decreto de extinção dos tribunais; e
- as Juntas de Fazenda passassem a ficar subordinadas às Juntas Provisionais em Lisboa.

Esse mesmo documento aconselhava o Congresso a não transigir quanto às relações comerciais que a Comissão considerava um dos mais fortes vínculos de união e que deviam ser discutidas na base da reciprocidade.

Vale destacar que os fatores tempo e distância fizeram com que nem sempre os atos promulgados em Portugal e no Brasil fossem um decorrente do outro. Muitos deles foram promulgados sem se ter conhecimento dos atos promulgados pelo outro.

No Brasil, continuava a evolução do sentimento de independência. As províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais pressionavam o Príncipe a tomar medidas de oposição às deliberações portuguesas. Uma delas consistia na determinação do regresso a Portugal das tropas portuguesas sediadas no Brasil. No entanto as províncias do Norte opunham-se às

decisões do Príncipe Regente. A população no Brasil era da ordem de 4 a 5 milhões de pessoas, aqui incluídos os índios e os escravos, sendo os centros de maior concentração populacional e econômica em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia (Recôncavo), Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e, mais distantes da Corte no Rio de Janeiro e com muito mais ligações com Lisboa, Maranhão e Grão-Pará.

Outra medida tomada por D. Pedro foi a convocação, em 3 de junho de 1822, de uma Assembleia Constituinte e Legislativa com a pretensão de atingir autonomia legislativa, embora mantendo a união com a Coroa portuguesa, além de se declarar Regente Constitucional. Nesse dia, D. Pedro recebe o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”.

Como podemos depreender, o Brasil queria a sua independência, porém firmada sobre a união bem entendida com Portugal. Mas o Congresso em Lisboa não tinha um perfeito conhecimento da realidade brasileira, recusando-se a votar os artigos referentes à criação de dois congressos, um em Portugal e outro no Brasil, além de Cortes Gerais na Capital do Brasil. A carta de D. Pedro informando sobre a convocação da Assembleia Constituinte e a sua proclamação como Regente Constitucional só se tornaria do conhecimento de Lisboa a 26 de agosto.

Interessante destacar que, devido aos fatores tempo e distância, que dificultavam e tornavam demoradas as disseminações dos conhecimentos na ocasião, em 24 de setembro de 1822, quando nossa independência já estava proclamada por D. Pedro, a Assembleia Constituinte em Lisboa decreta a nomeação de uma Regência no Brasil nos termos da Constituição portuguesa, devendo o Príncipe Regente voltar a Portugal no prazo de 30

dias, sob pena de perda dos seus direitos ao trono português, anulando o Decreto de 3 de junho de 1822, que convocava a Constituinte do Brasil, assim como todos os atos de D. Pedro. Esse decreto tornou-se inócuo e inaplicável, pois o Brasil já era independente desde o glorioso 7 de Setembro, nas margens do Ipiranga, em São Paulo.

O que levou D. Pedro à proclamação de nossa independência foi o recebimento, de Portugal, do Decreto de 23 de julho, que, embora permitisse a sua permanência no Brasil até a publicação da futura Constituição portuguesa, exigia a aplicação imediata do Decreto de 29 de setembro de 1821 e a instalação das Juntas Provisórias, que ficariam subordinadas diretamente a Portugal. Esse decreto chegaria às mãos da Imperatriz Leopoldina, que se encontrava na Fazenda Santa Cruz³¹, e que, junto com José Bonifácio, mandara que o Major Cordeiro, acompanhado do estafeta Paulo Bregaro³², fizesse chegar o documento às mãos de D. Pedro. Tal acontecimento culminaria com a nossa independência de Portugal.

Para Portugal, a separação do Brasil seria calamitosa em termos econômicos. Portugal estava arrasado depois de tantos percalços devido às guerras napoleônicas. Era necessária a manutenção das condições de comércio estabelecidas com o Brasil. Estas, rompidas, agravariam ainda mais a situação econômica portuguesa.

No período anterior à independência, a opinião pública portuguesa, orientada por diversos periódicos, defendia uma posição de força contra as liberdades, principalmente comerciais, concedidas ao Brasil, sendo hostil à nossa separação e/ou a qualquer solução de conciliação.

Apoiavam mesmo o uso da força para impor ao Brasil a sua subordinação à Corte. Ora, uma solução deste tipo, que só atenderia aos ânimos portugueses, nunca poderia ser aplicada sem o apoio externo. Entretanto esse apoio externo não aconteceria devido ao quase completo isolamento internacional que Portugal vivia naquele momento.

O processo de regeneração política da nação portuguesa levou Portugal a um isolamento internacional, isto é, da Europa monarquista, não permitindo nenhum apoio militar externo. Além disso, do ponto de vista econômico, o Brasil oferecia muito mais vantagens aos países europeus do que Portugal, daí o desinteresse daqueles pela manutenção da soberania portuguesa sobre o Brasil.

Outro fato marcante era a hegemonia da Inglaterra na ocasião, já que o país era pioneiro na Revolução Industrial. A independência do Brasil e dos demais países da América do Sul era de grande importância no desenvolvimento do capitalismo britânico.

Por fim, como a história nos ensina, qualquer processo de independência de um país de seu opressor sempre foi precedido de verdadeiras, longas e sangrentas guerras entre o colonizador e o colonizado. Entretanto a nossa independência aconteceu com guerra e derramamento de sangue muito inexpressivos.

No Brasil, como em Portugal, alguns historiadores, após analisarem as cartas trocadas entre D. Pedro e D. João, nos meses que antecederam o 7 de Setembro, cartas estas mais de pai para filho do que de monarca para súdito, chegam a vislumbrar que, diante das circunstâncias em que aqui se vivia e no crescente clima de liberdade,

31 Local onde hoje é um bairro de mesmo nome, na cidade do Rio de Janeiro.

32 Ele é hoje o patrono dos Correios do Brasil.

a nossa independência nada mais teria sido do que fruto de uma brilhante estratégia de D. João VI e de D. Pedro.

Independentemente de ter havido simulação ou emprego de estratégia, a verdade é que seria um remédio amargo para Portugal, mas que evitaria derramamento de sangue e atenderia aos interesses da Corte portuguesa, mantendo como primeiro Imperador do Brasil um Príncipe Regente de Portugal.

E do discurso da independência, resumem-se estas passagens:

“Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo mais nos une”.

E retirando a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal, continuaria:

“Tirem suas braçadeiras, soldados. Vivas à independência, à liberdade e à separação do Brasil”.

Nesse momento, após desembainhar sua espada e erguê-la, continuou:

“Pelo meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade. Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!”.

Estava, assim, proclamada a nossa independência.

Como vimos, Portugal vinha empregando todos os recursos possíveis para impedir a independência do Brasil. Em meio às dificuldades de toda ordem, para assegurar definitivamente a soberania brasileira, antes de tudo, o que se impunha era firmar a ordem pública no vasto Império. Era da maior importância a união de todas as províncias ao Império do Brasil. Entretanto algumas

províncias³³ não aceitavam a autoridade do Príncipe Regente e mantiveram sua lealdade à Corte em Lisboa. Era preciso demovê-las, nem que fosse com o uso da força militar.

O Império nascera grande territorialmente, e as regiões mais populosas e desenvolvidas economicamente não se comunicavam por via terrestre ou eram muito precárias essas ligações, tornando-as distantes, sendo as mais adequadas as por via marítima. A Marinha Mercante nacional e imperial era inexpressiva e não sustentava as necessidades de comércio interno e externo. Além disso, possuíamos muito poucos meios navais capazes de sustentar a integridade do território e o enfrentamento a uma ameaça de Portugal.

A via marítima se fazia essencial para essa integração.

Com os fatos e as análises descritos acima, as exigências da Corte em Lisboa, tentando fazer regressar o Brasil à situação de colônia; às condições geográficas do novo Império, com grandes dificuldades de comunicação terrestre entre os grandes centros econômicos, populacionais e de influência política; a rebeldia de governos de algumas províncias em aceitar o novo Império; a situação precária, em termos financeiros, materiais, de pessoal e organizacional em que o país ficara e outros mais caracterizam, por si só, a relevância da formação de uma Armada Nacional forte, respeitável e dissuasória para conduzir o processo de Independência do Brasil.

Na próxima parte deste trabalho descreveremos como isso se processaria.

33 Em especial, as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HISTÓRIA>; História da Independência do Brasil; Independência do Brasil;
<NOMES>; Vultos Navais;

BIBLIOGRAFIA

Devido à extensão da lista de Referência Bibliográficas, os interessados em obtê-la devem entrar em contato pelo *e-mail*: braga.claudio@yahoo.com.br.